

Classe trabalhadora pobre: valores e sentidos

Conforme mencionado, o estudo da narrativa com prática social, na qual se coconstroem significados pessoais e sociais (capítulo 2), é de cunho interdisciplinar. Assim, lanço mão das contribuições da Sociologia e da Antropologia como aporte no estudo das práticas sociais de um grupo específico: a classe trabalhadora pobre.

Oliveira (2012), a partir da contribuição de Duarte (1986), aponta em seu trabalho a ocorrência de três principais tipos de grupos sociais em situação de dominação. O primeiro deles é a *classe operária*. A partir de uma perspectiva marxista, esse grupo está relacionado ao meio de produção capitalista; o segundo tipo é a *classe popular*. Esse tipo tem significação ampla, na qual o “povo” e a “classe média baixa” estão inseridos. O terceiro tipo é a *classe trabalhadora*, que representa um termo mais abrangente que serve para designar os diversos subgrupos.

Neste trabalho, em concordância com alguns teóricos que norteiam essa reflexão (Sarti, 2003; Valladares, 2005; e outros) utilizarei os termos *classe trabalhadora pobre* ou *pobre(s)*¹¹ para denominar esse grupo. A adoção dessa nomeação se deve pelo fato de levar em consideração as reflexões que as análises nos permitiram chegar: de acordo com as interpretações que fiz das (re)apresentações das participantes, ou seja, de como elas “se percebem” na ordem social e se constroem explícita ou implicitamente no discurso e como se mostram numa perspectiva discursivo-interacional, por meio, por exemplo, da seleção vocabular, da adoção de uma modalidade não formal da língua, e das informações que elas tornaram relevantes de trazerem à tona durante as entrevistas que analisei.

¹¹ Neste trabalho, de acordo com a definição de Sarti, (2003, p. 20) considero pertencente à classe trabalhadora pobre os indivíduos que possuem educação precária, que exercem funções desqualificadas (braçais) e de baixa remuneração.

Essas classes, assim como as demais, têm seu modo particular de concepção de mundo e, conseqüentemente, de atuação nesse mundo, a partir de influências externas (filosofia capitalista) e de influências internas (valores familiares).

Em relação às influências externas, considero importante refletir sobre o papel da geografia das cidades como demarcador de fronteiras. Em concordância com Sarti (2003), o espaço físico das cidades materializa e reforça as hierarquias do mundo social, pois sua utilização é condizente ao poder aquisitivo de seus habitantes. Segundo ela,

Na “periferia” estão não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres. (...) Morar num bairro de periferia cria um recorte que delimita uma identidade social, revelando a lógica da segmentação que ultrapassa os limites da localidade e desenha os contornos do espaço físico da cidade de acordo com a localização social de seus habitantes. (Sarti, 2003, p. 130)

Na sociedade capitalista, em uma concepção político-econômica, pobre é aquele que não tem poder, riqueza ou prestígio. Assim, ser pobre é ser definido pela carência, não somente de bens materiais, mas também de conhecimento e de acesso aos direitos de cidadania. O local onde habitam reflete essa configuração e se inscreve na construção do lugar que os pobres ocupam no mundo social. Essa ordem social será compreendida aqui como ordem moral¹². Portanto, considero que o local da moradia ocupa lugar de destaque em suas vidas e, como veremos a seguir, assim também o é no que diz respeito à família, ao trabalho e ao estudo.

3.1

Família: relações e seus reflexos

O substantivo feminino família é definido pelo dicionário on line Houaiss como um “grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos); grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de

¹² De acordo com Sarti (2003), a moralidade, nesse contexto, está inserida em uma perspectiva não-essencialista, que busca compreender a interpretação das experiências de vida de um indivíduo, pelo indivíduo a partir do relato de normas e valores.

um mesmo tronco; pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção”. Contudo, nas práticas sociais, o significado de família se dá para além de descrições generalizadas.

Apesar do discurso contemporâneo de que a família é uma instituição falida, na ordem moral dos trabalhadores pobres a família constitui um papel de extrema importância. É um referencial simbólico que orienta as normas e os valores praticados dentro e fora de casa. Nas palavras de Sarti “é o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social” (2003, p.22).

Nesse modo de ver/ser (n)o mundo, a casa e as relações familiares também têm suas particularidades. Segundo a autora, o casamento¹³ é o projeto que possibilita constituir uma família. É através do casamento que são formulados os projetos de *melhorar de vida*, concebidos complementarmente entre o homem e a mulher. Nesse projeto, as realizações se dão no espaço físico da casa (*Quem casa quer casa!*). A aquisição da casa própria para essa classe é de substancial importância, muitas vezes é concebida como um sonho, “o sonho da casa própria”. Aqueles que não alcançam esse objetivo são acometidos pela quebra dessa expectativa de melhorar de vida.

No casamento os filhos são essenciais para dar sentido à família. É a partir da prole que se constroem as identidades sociais relacionadas à paternidade e à maternidade. O homem é socialmente construído como o responsável pelos rendimentos da família – o pai de família, o provedor, já à mulher cabe administrar a casa e cuidar das crianças – mãe/dona de casa, patroa.

No entanto, nas famílias pobres é comum, apesar de não preferencial, que a mulher também trabalhe, mas sua atividade remunerada (muitas vezes com salário menor que o do cônjuge), não abala a autoridade do homem, nem seu papel de único provedor, sendo a renda feminina considerada complementar. Com exceção para os casos em que haja viuvez, separação ou gravidez não planejada em que o homem não assume a responsabilidade, no qual o trabalho da mulher a constitui como mãe/trabalhadora/provedora, reconhecida com a mesma autoridade moral do homem, provavelmente em razão da ausência do homem nessa estrutura

¹³ Nos dados estudados por Sarti (2003) os casamentos legitimados pela cerimônia religiosa e o contrato civil são moralmente mais valorizados e respeitados os papéis de marido e esposa, do que na união consensual.

familiar. No último caso, de acordo com a análise dos dados do trabalho de Sarti, o trabalho para a *mãe solteira* também atua como uma “forma de reparação do erro de ter uma vida sexual sem um parceiro fixo” (Sarti, 2003, p. 76).

Para a classe trabalhadora pobre, a relação entre pais e filhos é a de maior vínculo. Isso dificulta a afirmação individual tanto para o homem quanto para a mulher como questão de ordem moral. “Os elos de obrigações em relação a seus familiares prevalecem aos projetos individuais” (Sarti, 2003, p.20). Com isso, nas crianças são depositadas as expectativas familiares e muitas vezes as perspectivas particulares dos pais, como por exemplo, melhores condições de estudo, oportunidade de ter uma profissão e, assim, melhores rendimentos. Espera-se das crianças obediência e, na medida em que vão crescendo, vão assumindo e dividindo as obrigações familiares. Quando já adultos espera-se uma retribuição, como um compromisso moral por todas as privações que os pais passaram para realização dessas expectativas. Nesse sentido, as retribuições, obviamente, não são imediatas, por isso é preciso confiar. A confiança remete a outro valor importante: a religiosidade. Existe uma convicção de que todo esforço realizado em favor dos filhos será retribuído por eles e pela “vida”. Segundo Sarti, essa certeza vem da crença em Deus, como o grande pai provedor, que suprirá as necessidades e concederá graças em forma de retribuição. Então, é possível dizer que o valor moral da retribuição e da confiança esteja ancorado na ordem transcendente.

Conforme apresentado, a responsabilidade da criação dos filhos é dos pais. Contudo, quando há instabilidade familiar, como nos casos descritos acima, ou ainda, extrema instabilidade econômica, as pessoas que compartilham relações em uma comunidade familiar passam a de alguma forma ter responsabilidade com as crianças, em conjunto com os pais ou substituindo-os. Segundo Sarti,

São particularmente marcantes os casos de avós que criam os filhos de suas filhas solteiras, em que o sangue se sobrepõe à criação, conferindo à avó (**ou ao avô**) um poder de manipulação singular, porque se inscreve na relação hierárquica entre mãe (**pai**) e filha (**filho**). (Acréscimos meus). (Sarti, 2003, p. 81),

Essa característica faz parte de um aspecto maior da classe trabalhadora pobre: a solidariedade em relação aos que tem menos e, por isso, precisam de mais ajuda (sejam eles da família ou não).

Outro valor agregado à classe é a questão do parentesco não estar ligado estritamente aos laços consanguíneos. Os amigos do trabalho dos pais, os vizinhos, os compadres também podem fazer parte da família, se estiverem enquadrados nos critérios de semelhança, lealdade e intimidade. São da família aqueles com quem se pode contar, como os primos, tios, sobrinhos, irmãos e até os pais e filhos de consideração ou do “coração”. Essa relação é tão séria e real que às vezes se sobrepõe ao sangue e essas adoções sentimentais passam a configurar o mesmo sentido de obrigatoriedade que os membros da família têm uns com os outros.

Sarti (2003), metaforicamente, considera que a família pobre constitui-se como uma rede, na qual as relações de parentesco estão interligadas e enredadas numa trama de obrigações morais que ao mesmo tempo dificulta a individualização e viabiliza sua existência com apoio e sustentação. A importância da família para os pobres urbanos se dá por estruturar seu lugar no mundo social, tornando as dificuldades cotidianas mais suportáveis. Conforme Sarti (2003), esse valor moral está atrelado ao descaso do poder público (que reforça a exclusão) e, como consequência, às características precárias dos serviços públicos (segurança, educação, saúde, entre outros). “Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância (...) se refere a sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo” (Sarti, 2003, p. 53). É na família que o pobre dá sentido à vida e ao seu trabalho humilhante. E é por ela que ele se sacrifica e aceita as condições duras de alguns subempregos.

3.2.

O trabalho¹⁴ e seu papel social

Linde (1993) apresenta em nota o trabalho de Veyne (1987) sobre a concepção histórica da discussão entre trabalho autônomo e emprego formal. De acordo com o último autor, a valorização positiva do trabalho e seu conceito filosófico têm sido universalmente concebidos desde Marx e Proudhon. Antes, porém, como resultado da visão romana de trabalho - inegável menosprezo pelos trabalhadores braçais e exaltação do lazer e do ócio - o trabalhador era considerado inferior e desprezível.

Resumidamente, no contexto brasileiro, segundo Sarti (2003, p. 37) e Araújo (1993, apud Sarti, 2003), nos tempos coloniais, o país era tido como o “*berço da preguiça* e o ócio também era considerado como marca de prestígio”. Constitui-se, então, uma ética do trabalho a partir de uma experiência histórica escravocrata. Em virtude disso, seu valor era contrário à dignidade humana.

De acordo com Valladares (2005), no início do século XX, as representações sociais dos pobres continuavam depreciativas, ligadas à vadiagem (não-trabalho). Atribuía-se uma responsabilidade individual à pobreza, ou seja, relacionava-se a pobreza às fraquezas humanas. Assim, o pobre passou a ser visto como uma classe inferior e perigosa.

Ainda conforme Valladares (2005), muitos foram os termos negativos designados aos pobres ao longo das transformações no mercado de trabalho urbano brasileiro, a saber, vadios, marginais, favelados, subempregados, desempregados e outros. Os quatro primeiros eram decorrentes da visão da

¹⁴ De acordo com o dicionário Michaelis, o substantivo masculino trabalho tem origem do latim *Tripallium*. É definido como o Ato ou efeito de trabalhar; Esforço, labutação, lida, luta; Aplicação da atividade humana a qualquer exercício de caráter físico ou intelectual. A palavra tem mais de vinte acepções básicas e diversas expressões idiomáticas, dentre elas, Dar-se ao trabalho de: incomodar-se, empenhar-se em (fazer alguma coisa).

O sentido negativo que é dado à palavra trabalho deve-se a sua origem etimológica. Conforme a pesquisa de Cristiano das Neves Bodart e Roniel Sampaio Silva, responsáveis pelo blog “Café com Sociologia”, no latim, *Tripallium* é o nome dado a um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (*pallium*) fincados no chão, durante a Idade Média. Segundo os autores, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no *tripallium*. Como naquela época somente escravos e pobres que não podiam pagar os impostos eram torturados e como só quem trabalhava eram as pessoas sem posses, a ideia de trabalhar estendeu-se às atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros etc. Conforme os autores, no século XIV a palavra trabalho começou a ter o sentido genérico que hoje lhe atribuímos. No entanto, para muitas pessoas o trabalho é considerado uma verdadeira tortura diária.

pobreza atribuída ao indivíduo, como especificado acima. No entanto, a partir da Era Vargas (Getúlio Vargas, com seu discurso populista, considerado o “pai dos pobres”) afasta-se o estigma da escravidão. A explicação da pobreza cada vez mais passa a ser produzida a partir da incapacidade do sistema e do mercado de trabalho de absorver a todos em empregos formais. Com isso, a massa de mão de obra desqualificada para as exigências da indústria passa a ser tratada como desempregados. Valladares (2001 apud Sarti, 2003) afirma que a mudança fundamental se deu a partir da concepção dos trabalhos informais, os “biscates”, também como parte da divisão social do trabalho. Assim, o termo trabalho passou a designar qualquer atividade remunerada, sem distinção entre assalariados e não assalariados. Então, vinculou-se a identidade social de pobre – antes visto como marginal – à identidade de trabalhador, que passa a ser visto como um sujeito social.

Com pesar, mesmo depois de ter sido desvinculada a marginalização de sua imagem, o pobre continua sendo vítima de estigmas e preconceitos ainda nos dias atuais, seja pelo seu baixo grau de escolaridade, seja pela atividade profissional não especializada e de baixo rendimento, o que reflete em seu estilo de vida.

Cynthia Sarti, referência principal nessa reflexão, em seu estudo, sugere que o sentido dado à ética do trabalho pelos pobres urbanos não está atrelado à atividade desempenhada, mas ao seu papel de provedor no sustento da família. Dessa forma, “o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente” (Sarti, 2003, p.89).

Em sentido amplo, “o trabalho configura a potencialidade de realizações e afirmação individual para a mulher tanto quanto para o homem” (Sarti, 2003, p. 103). Na pesquisa de Sarti, assim como nas constantes discussões sobre gênero na academia e no discurso do senso comum, o valor do trabalho tem diferentes dimensões para o homem e para mulher. No entanto, não é meu interesse aqui ressaltar essas diferenças nem discutir suas consequências, mas sim, como já mencionado, compreender algumas das construções de sentido na vida social dos pobres a partir do trabalho.

A maioria dos trabalhos formais ou informais atribuídos à classe trabalhadora pobre é considerada árdua e desgastante fisicamente, e, muitas vezes,

também sócio-construída como humilhante. Isso se dá, com regularidade, pelo fato de essas atividades não necessitarem de formação específica, técnica ou acadêmica. É frequente, na sociedade capitalista, atribuir prestígio e atenção às pessoas em relação às suas profissões, aos seus rendimentos. Dessa forma, o pobre é ignorado e humilhado. Nesse sentido, esse indivíduo se empenha em conferir um sentido de dignidade ao trabalho, relacionando-o à vida familiar. O valor do trabalho se dá, então, como parte de um compromisso de troca moral. Já em relação ao trabalho em si, a noção de dignidade reside “no princípio de obrigações nas relações de trabalho, na qual a assimetria não é posta em questão” (Sarti, 2003, p. 90), mas sim o princípio de obrigações que cada um tem que cumprir.

Os pobres trabalhadores fazem exigências de respeito e igualdade não como cidadãos, mas como seres humanos filhos de Deus, ancorados numa ordem de perspectiva sobrenatural, deslocada da lógica de desigualdades da vida pública. Em seu mundo, a lei justa é a de Deus, antes da lei dos homens. É Deus que confia ao pobre saúde, disposição, força e coragem para labutar. Assim, essas condições para o trabalho fazem “com que aquele que, no registro do poder, é fraco e pobre torne-se forte e rico” (Sarti, 2003, p. 92). Rico de saúde! Para eles, é a justiça divina que iguala todos os seres humanos independente de classe social, gênero ou etnia.

Retomando a questão do projeto coletivo de *melhorar de vida*, é importante salientar que a ascensão social, para aqueles que realizam atividades socialmente desqualificadas, é vista como uma possibilidade de ter acesso aos bens materiais construídos pela sociedade capitalista como necessários para desfrutar dos louros da riqueza, do prestígio e do poder. De acordo com Verçosa (1985 apud Sarti, 2003), os pobres aprendem ao longo de suas vidas, pela educação familiar e institucional, que é através de seu trabalho e esforço que se deve achar seu lugar no mundo social. “Esta moral que anima o trabalho sob o capital, criando a possibilidade de mobilidade social no mundo moderno” (Ibidem, p. 94). Dessa forma, o projeto é valorizado mais pelo aspecto simbólico do que pelo material, através do trabalho e da educação. Nas palavras de Sarti:

O universo do trabalho para os pobres se constitui na articulação e no entrelaçamento de duas categorias, que mostram que a moral do trabalho se fundamenta em duas referências distintas, a da lógica do trabalho sob o capital, que os faz *trabalhadores*, e de uma lógica não-capitalista, mas hierárquica e tradicional, que os faz *pobres*. (Grifo meu)

(...)

Para os pobres, o universo do trabalho, como dimensão positiva, não pode ser entendido em seu valor moral sem a intermediação da ordem natural, sendo Deus o grande pai provedor. Isso significa levar às últimas consequências a moral do provedor que, tendo como modelo as relações de obrigações do universo familiar, atribui significado próprio ao mundo do trabalho, nessa busca incessante de pensar a realidade vivida a partir da exigência de que a vida faça sentido (Adaptado). (Sarti, 2003, p. 112)

3.3.

O valor da educação para os pobres

A educação institucional configura um importante aspecto na vida dos seres humanos, independente da classe social. A legislação brasileira assegura a todos os cidadãos o direito à educação infantil e básica. No entanto, assim como os demais serviços públicos, a educação secundária pública é precária e insatisfatória por uma série de fatores que transcendem os muros da Escola. Então, aqueles que não têm como financiar o ensino particular são submetidos às carências da educação pública brasileira, principalmente nas esferas municipal e estadual. Esse quadro reforça e perpetua a posição estrutural de subordinação que o pobre ocupa na sociedade em relação às classes mais abastadas, que detêm, entre outros valores, o saber.

Considero importante ressaltar como exemplo o acesso às instituições federais de inegável qualidade, como o CEFET, o Pedro II, o Colégio Militar, o CAp UFRJ, no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Todavia, o ingresso de indivíduos da classe trabalhadora pobre é percentualmente inferior aos que tiveram a oportunidade de estudar em instituições particulares. Haja visto que as provas eliminatórias para aprovação no concurso de admissão apresentam conteúdos muitas vezes não abordados (por diversos fatores) no sistema público.

Ainda assim, o acesso aos estudos é valorizado pela classe trabalhadora pobre. Além de ter um papel significativo na construção de valores contrários à

criminalidade, é considerado, conforme Oliveira (2012), uma maneira honrosa e digna de se atingir mobilidade social.

A realização do projeto de melhoria de vida para as classes trabalhadoras, seja pela educação ou pelo trabalho, é permeada por valores ambíguos e paradoxos. Segundo Sarti (2003), Oliveira (2012) e outros, ascender socialmente significa romper com alguns vínculos e obrigações familiares, por ser um projeto individualista. Ainda que desejado em conjunto, com colaboração coletiva, a ascensão é uma realização individual, que pode ou não ser financeiramente compartilhada. De qualquer forma, aquele que consegue melhorar de vida pelo viés da educação passa a ocupar socialmente um outro lugar, pois não se adequa ao estilo de vida das classes mais abastadas, nem se enquadra mais ao estilo de vida da classe trabalhadora pobre.

Neste capítulo, apresentei alguns dos valores e das visões da ordem social da classe trabalhadora pobre a partir de sua ordem moral. Acredito que as reflexões formuladas aqui corroborem para a compreensão das categorias morais que os pobres organizam, interpretam e dão sentido as suas vidas e ao seu lugar no mundo, tomando como base nas relações com o trabalho associado às relações com a família e à educação.

No capítulo 4 esclareço as perspectivas metodológicas que norteiam o trabalho e apresento o contexto no qual as entrevistas foram realizadas, além de algumas informações sobre as entrevistadas que considero pertinentes para compreensão dos trechos selecionados que serão analisados.